



## **Palestra 4: Democracia representativa, Poder Executivo e escolhas públicas.**

- **Palestrante:** Marcio Reinaldo Dias Moreira, Deputado Federal (PP/MG) e analista de Planejamento e Orçamento;
- **Coordenador:** Bruno César Grossi de Souza, analista de Planejamento e Orçamento.

### **Degravação “ipsis litteris”**

**Senhor Bruno César Grossi de Souza:** Boa tarde a todos. Inicialmente eu queria agradecer a associação pelo convite, de estar moderando na parte da tarde esta última palestra. Nosso tema vai ser sobre democracia representativa, Poder Executivo e escolhas públicas contando com a ilustre presença do excelentíssimo deputado Marcio Reinaldo. O Marcio Reinaldo é economista, também analista de planejamento e orçamento, já ocupou diversos cargos na administração pública federal entre ministérios, enfim, da qual eu destaco especialmente com muito carinho, ele já foi secretário de orçamento federal também. Essa é uma palestra que esperamos verificar essa visão, já tivemos aqui, na palestra anterior, um pouco da questão federativa e, nessa parte, nós procuramos aí tentar explorar um pouco essa visão do Poder Legislativo sobre esse bloco de escolhas públicas, que é o orçamento. Para isso, nada mais

gabaritado que o nosso colega aqui Márcio Reinaldo, assim chamá-lo de colega como analista de planejamento e orçamento, então para proferir essa palestra. Lembrando que nesse painel nosso agora final nós não teremos debatedor. Então as perguntas eu peço que, durante a palestra, sejam encaminhadas por escrito à mesa para que a gente possa, ao final da palavra, possa encaminhar essas perguntas. Muito obrigado, boa tarde. Com a palavra, doutor Marcio Reinaldo.

**Senhor Marcio Reinaldo Dias Moreira:** Senhoras e senhores, boa tarde. Inicialmente eu quero expressar o meu agradecimento ao dirigente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento pelo convite para participar desse seminário. A minha participação não é apenas como ex-analista de orçamento aposentado do governo, mas sobretudo como deputado federal representando o meu querido povo mineiro na Câmara dos Deputados. Meus parabéns à direção da ASSECOR pela brilhante iniciativa de trazer para o debate a importância do planejamento e do orçamento no atual contexto da administração pública. Acredito até que a relevância do tema não se discute. Porém, a democratização na sua elaboração e possibilidades de escolhas públicas devem ter o seu debate aprofundado, sempre no sentido de uma maior justiça social, com efetiva participação da sociedade, em especial das entidades de classe e comunitárias, e do cidadão trabalhador. O tema a mim atribuído – democracia representativa, poder executivo e escolhas públicas – é pujante, é polêmico, extenso e deve ser motivo de nossa peculiar atenção e discussão.

É quase impossível abordar o tema democracia representativa sem, ao mesmo tempo, falar sobre democracia participativa. É urgente um debate aprofundado sobre a necessária interação entre as duas democracias. Permitam-me algumas observações. Eu entendo que, na democracia representativa, que procura exercer com legitimidade, o cidadão fica restrito ao seu papel de eleitor, com o direito de se dirigir às urnas de períodos em períodos depositando ali o seu voto, elegendo os seus representantes nas várias esferas dos parlamentos e dos seus dirigentes, no Poder Executivo. E pode-se dizer que o papel do cidadão eleitor termina aí. Muitas vezes temos o constrangimento de ver um determinado eleitor, passado algum

tempo do pleito eleitoral, dizer que não lembra em quem ele votou para determinado cargo. É lastimável que ocorra fatos desta ordem e nós, servidores e homens públicos tenhamos que conviver com essa situação.

Por outro lado, os bons e bem intencionados homens públicos ou agentes públicos eleitos ficam, muitas vezes, impedidos de executar os seus programas de governo e cumprir metas e promessas legítimas de campanha. Tornam-se reféns do imediatismo, da solução rápida para as questões que afligem a população. Isto em virtude da ação incisiva de grupos econômicos e influentes que exercem poder de pressão sobre as mais distintas instâncias políticas com o único objetivo de alterar programas, criar e mudar leis e até mesmo tentar corromper instituições. Esses grupos de interesses particularizados agem maquiavelicamente. Em sua ótica, os fins justificam os meios. Para conquistar mercados e resultados tudo é válido. Tais ocorrências, caríssimos e caríssimas participantes desse seminário, são cotidianas, que geram a marginalização, geram o cinismo, a passividade, a pobreza e o descomprometimento daqueles que desistem, saem de cena e lavam as mãos. E o mais grave: geram o recrudescimento constante da injustiça social que atinge diretamente os mais pobres, os mais fracos, os mais ausentes ou ineficazes.

Ou seja, a grande maioria das pessoas, o cidadão comum, de tempos em tempos, se pede para correr às urnas para legitimar essa grave situação. Portanto, a nossa democracia, conquistada a duras penas após um longo período de mando totalitário, não pode ficar reduzida à mera escolha de homens públicos sem efetiva participação popular na condução do destino da nação. Conforme disse, é mais do que chegada a hora de se aprofundar em um debate sobre a interação das duas democracias, a representativa e a participativa. Na democracia participativa, também chamada deliberativa, propõe-se dar à sociedade civil a possibilidade de certo controle sobre a administração pública, uma participação efetiva das mais variadas instituições civis e lideranças comunitárias e representantes de entidades de classe e do próprio cidadão comum.

Participação sempre pautada no debate público sobre as decisões políticas que visem a execução de bons programas de governo e uma maior justiça social da inclusão e igualdade de direitos do exercício do poder. Pode-se dizer que um bom exemplo de interação entre a democracia representativa e a participativa é o orçamento público, que vem a ser um ato do Poder Legislativo, autorizando o governo federal a executar despesas destinadas ao custeio do estado ou ao cumprimento de políticas econômicas. Anualmente, o orçamento geral da União é encaminhado ao Poder Legislativo para apreciação e para tomar forma de lei. A grosso modo, podemos dizer que acontece um paralelo entre receitas e despesas do governo. Se a receita é superior à estimada, o governo solicita autorização para execução do excesso de arrecadação. E se é ao contrário, a despesa for maior que a receita, o governo é obrigado a cortar gastos antes da execução do orçamento.

O processo de planejamento orçamentário baseia-se em três instrumentos: o plano plurianual, que fixa metas e objetivos de médio prazo, normalmente no prazo de quatro anos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que elabora o orçamento de acordo com as metas fixadas no plano plurianual e estabelece parâmetros para a aplicação do recurso orçamentário anual, e a Lei de Orçamento Anual, que compõe o orçamento fiscal, orçamento da seguridade e o orçamento investimento das empresas estatais. Conforme disse, o orçamento pouco federal é um bom exemplo da democracia deliberativa pois, além de definir metas prioritárias para a execução de programas de governo, permite aos parlamentares apresentar emendas que definam o atendimento de reivindicações das comunidades que representam no Congresso. Se o prefeito de um município da região de representação política do parlamentar apresenta um projeto de saneamento básico em sua cidade, nada impede que uma emenda seja apresentada ao orçamento geral da União visando o atendimento daquele pleito.

Essa gestão, no meu entender, caracteriza muito bem a democracia participativa. Outro bom exemplo do mecanismo governamental da democracia participativa é o orçamento participativo, hoje adotado em vários municípios brasileiros que tem por objetivo permitir aos

cidadãos decidir sobre o destino do orçamento público através de reuniões abertas para a discussão de propostas e projetos que serão votadas e priorizadas para serem executadas pelos governos. É oportunidade retirar o poder das mãos de pequenos grupos, repassando-os efetivamente para a sociedade. Pesquisas feitas apontam que, nos municípios onde se adotou o orçamento participativo, a evolução dos indicadores sociais foi bem mais expressiva do que nos demais municípios da mesma região. E vejam gente, eu fui um que, muitas vezes, fui contra a introdução desse orçamento participativo. Eu não acreditava, eu achava que era totalmente demagogia, que era a mudança de algumas mãos do poder sem uma maior efetividade e hoje eu dou o braço a torcer. Eu vejo muitas evoluções e conquistas sociais alcançadas através desse modelo. Conclui-se ainda que o orçamento participativo viabilizou um novo tipo de ação pública que promove distribuição de renda e socialização política.

Ou seja, ações desse tipo estimula a prática democrática e contribui para o fortalecimento da própria democracia. Eu diria também que o PAC hoje, o Programa de Aceleração do Crescimento, é um instrumento altamente efetivo de uma democracia participativa e vejam, senhores, há pouco tempo, uma ação participativa. Eu visitando uma cidade no Norte de Minas Gerais, chamada São Francisco, e visitando não a sede, mas uma base rural, onde 80%, 90% daquele povo me depositou a sua confiança no voto eleitoral, eu fui sacudido por aquela população há dois, três anos atrás me dizendo que o processo criminal naquela cidade, naquela região, naquele distrito estava de uma maneira muito pesada. E as mães de família me diziam que os filhos menores já estavam sendo usados como “mulas” no transporte de drogas e isso a olhos nus e sem qualquer intervenção policial. O assunto era grave, eles me pediam socorro, quadro do desespero.

Eu me lembro que saí daquela cidade preocupado, conversei com o prefeito, que é um padre, ele também me endossou tudo isso e fui ao governador Aécio Neves, lá em Minas, e relatei para ele todo esse problema e fui ao secretário de Segurança, ao Danilo de Castro, que é o secretário da Casa Civil do Estado, e sei que providências foram

tomadas. Mudou-se todo o policiamento local, reforçou-se o policiamento lá e, para surpresa minha, na última visita que fiz, eu tive um depoimento dessa mesma comunidade. Isso já fazem três anos, eu tive um depoimento da própria comunidade dizendo que tudo aquilo tinha acabado. Ou seja, que o número de crimes pesados na cidade, que eram de cerca de 120 por ano, tinha caído para 30 e que aquele envolvimento de jovens com a droga e aqueles marginais que proliferavam o processo tinham desaparecido. Ou seja, o governo do estado, depois dessa reclamação, fez reuniões, mudou todo o sistema policial daquela cidade e, de uma maneira muito positiva, os resultados foram sendo alcançados, a ponto de hoje ser talvez a segunda ou terceira cidade mais bem controlada da segurança pública do estado.

Isso para mim foi uma grande surpresa. Eu cheguei até a fazer um agradecimento público à Polícia Militar do estado por esse acontecimento, enfatizando, no entanto, que outras cidades, como a cidade de Sete Lagoas, onde eu nasci, com mais de 250 mil habitantes, é uma cidade que a criminalidade é pesada. O processo de drogas é imenso e que muita coisa que se fez em uma cidade como aquela de São Francisco precisa ser feito ali. Então, veja essa deliberação do estado através de uma reclamação popular. Através de uma ação participativa de membros do Poder Legislativo com a comunidade veio a provocar um resultado que hoje é marcante no estado e que o tornei público através de um pronunciamento feito aqui e que eu recebi, no dia, cumprimento de vários colegas do Paraná, de Pernambuco, da Paraíba, de Alagoas que lutam com os mesmos problemas. E se nós olharmos aqui no Distrito Federal é disso para pior também. Então, eu vejo que cabe ao estado e à sociedade organizada buscar meios e formas que incentive a possibilidade das pessoas integrarem essas ações públicas.

Isso só se alcança com o melhoramento do nível de conhecimento e é preciso viabilizar a transferência do conhecimento, informações e idéias para a população, propiciando ao cidadão capacidade e necessidade e o necessário de discernimento para exercerem, em sua plenitude, os seus direitos. Para embrenharmos encontro a essas alternativas é preciso novas visões, novos valores, novas estruturas. Enfim, a busca imediata de novas soluções para os mesmos

problemas. Urge que as pessoas sejam motivadas e incentivadas na procura do atendimento dos anseios das comunidades para que a participação do povo no destino de uma nação e na execução dos programas de governo não fique restrita à ida às urnas em tempos em tempos. A globalização, robotização, automação e outras variáveis levam o mundo a incertezas e impasses, que devem urgentemente ser alvo de estudos e debates e trafegamos hoje em contradições irreversíveis.

Se de um lado, o mundo globalizado gera o desenvolvimento que propicia oportunidades, principalmente consumo e inclusão social, a um número cada vez maior de pessoas, e nós temos exemplos da Índia, da China e do próprio Brasil, que nas últimas décadas viabilizaram melhores condições de vida para milhões e milhões de pessoas. Por outro lado, em virtude da ação impessoal do mercado, temos também que conviver com a marginalização do cidadão que, muitas vezes, por falta de oportunidade fica à deriva e é levado ao desvirtuamento social. Isso ocorre, segundo os estudiosos, em razão das falhas de governo e falha de mercado. Temos como exemplo de falha de governo as políticas erradas de nacionalização. Pelo mundo afora, as empresas estatais passaram a ser questionadas sobre a sua capacidade econômica e a não geração dos benefícios sociais esperados, às vezes, em virtude de ingerências políticas e sindicais.

As falhas de mercado são caracterizadas quando os mecanismos não regulados pelo Estado são negligenciados e propiciam resultados econômicos não esperados do ponto de vista social. Essas falhas geralmente são provocadas em virtude de custos elevados, concorrência desleal, monopólios como exemplos. Um outro exemplo de falha de mercado livre pode ser retratado na contaminação do meio ambiente. Quando o próprio setor produtivo causador do dano não dá uma solução rápida para evitar conseqüências mais graves espera-se a pronta ação do Estado, visando aquela rápida solução. A idéia da intervenção estatal está amplamente difundida na população, que na ocorrência de qualquer problema, fica na expectativa de uma solução por parte do poder público. Isso ocorre, porém, nem sempre de forma esperada e exigida pela sociedade ou pelas pessoas diretamente atingidas.

Diante desse quadro, estudiosos, em especial os economistas, pelo mundo afora, após análise do papel do poder público na sociedade sob a ótica do capitalismo, do socialismo e democracia, deram origem à teoria da escolha pública. Que vem a ser, a grosso modo, a forma como o poder público toma as suas decisões mediante as falhas de governo associada às falhas de eficiências nas decisões econômicas. Portanto, caríssimas e caríssimos participantes desse seminário. É urgente e primordial que o poder público passe a usar cada vez mais o recurso da escolha pública como um contraponto aos desacertos sociais do setor produtivo. Infelizmente o sistema democrático é tênue e a vigília em sua defesa deve ser constante e inquestionável. Eu acho que esse é um dos pontos mais importantes dessa mensagem que eu trago para vocês. O sistema democrático é tênue e a vigília em sua defesa deve ser constante e inquestionável. Estou certo, Amado?

É preciso o combate permanente às ameaças, ao equilíbrio entre a economia de mercado e as políticas sociais nos governos e uso dessa nova abordagem que fornece opções inovadoras para o desenvolvimento de boas práticas de governo e administração. Certamente viabilizará uma saudável, necessária e harmoniosa convivência entre sociedade civil e poder público. O Estado tem a sua ação essencialmente dependente e representada pelo servidor público que procura exercer de forma eficiente a sua função de servir bem à população. Sem um bom servidor é impossível o Estado executar suas ações de governo e levar benefícios sociais ao cidadão, principalmente aos menos favorecidos. Ao Estado cabe o dever de dar as melhores condições para o servidor executar a contento seu trabalho. Hoje, os servidores de carreira de Planejamento e Orçamento têm a enorme responsabilidade de levar a bom termo os objetivos a que se propõe esse seminário.

Ou seja, e principalmente uma boa análise dos procedimentos de escolhas públicas. Análise de política sobre o papel de planejamento e do orçamento, uma visão estratégica de longo prazo e a interação entre todos os servidores de carreira responsáveis pela gestão e por novas metas e formas de administração pública. Conforme disse, o tema que me coube como palestrante desse seminário, “Democracia representativa, Poder Executivo e escolhas públicas”, é muito



extenso e poderia discorrer sobre ele por muito tempo. Tenho a certeza de que o debate que virá a seguir aprofundará muito mais sobre o assunto e, propiciará melhores e mais esclarecimentos a respeito.

Para finalizar, eu gostaria de fazer referência a uma passagem protagonizada por um dos maiores estadistas e democratas que o mundo já conheceu, o ex-presidente norte-americano Abraham Lincoln, quando disse em seu memorado discurso, em novembro de 1863, na cerimônia de inauguração do cemitério militar em Gettysburg. Que todo governo deve ser do povo, pelo povo e para o povo. Senhoras e senhores, enfrentamos mais de duas décadas de regime totalitário. Com sacrifícios e grande empenho da sociedade, apoiada por grandes e ilustres lideranças políticas, lideranças comunitárias, lideranças sindicais e de estudantes, e tantos outros, reconquistamos o Estado de Direito e o retorno ao regime democrático. Hoje respiramos e vivemos plenamente a democracia, porém a liberdade é uma conquista que deve ser cuidada, preservada e defendida quando preciso.

Todos os esforços devem ser sempre no mesmo sentido: o de levar ao povo bons frutos e um verdadeiro sistema de governo democrático. Portanto, meus amigos e minhas amigas, cada um de nós, homens, mulheres, servidores públicos e, em especial, gestores do planejamento e orçamento, temos a nobre tarefa e o dever de contribuir decisivamente na definição de novas metas e soluções e ajudar na preservação da liberdade e no cumprimento dos preceitos democráticos. Mais uma vez agradeço a gentileza do convite e parabenizo a ASSECOR pela brilhante iniciativa desse seminário. Muito obrigado pela atenção.

**Senhor Bruno César Grossi de Souza:** Novamente eu acho que o pessoal está meio tímido de escrever. A gente agradece inicialmente a brilhante palestra do doutor. Temos perguntas por escrito. Vamos dar prioridades às perguntas por escrito e logo após, se não houver mais nenhuma por escrito, a gente abre para perguntas orais. A primeira, Marcio, é: como é que o senhor avalia o exercício das funções do Poder Legislativo no processo orçamentário? Encontra-

se, o Poder Legislativo, preparado e orientado para a implementação do orçamento por resultados? Rodrigo, da SOF.

**Senhor Marcio Reinaldo Dias Moreira:** Rodrigo, eu creio que sim. O Poder Legislativo recebeu uma incumbência no ano de 1989, fruto da Constituição: participar efetivamente do orçamento, acatar emenda, ou seja, mudar todo aquele cenário que nós tivemos até então. Por coincidência, naquele momento eu saí do Executivo, requisitado pelo Senado Federal, e fui auxiliar o Legislativo na sua primeira tarefa. Foi uma experiência inusitada. Quer dizer, ninguém sabia quase nada de orçamento, o processo de emendas era completamente uma incógnita. Fazia-se emenda de tudo que se imaginasse. O céu era o limite. E, à medida que se discutia e se aprovava as emendas, ia se vendo o poder de barganha, o poder de força do congressista e naturalmente você ia criando uma situação quase impossível de ser viabilizada.

E nós tivemos capítulos daquele período, 1989, 1990 e 1991, altamente constrangedores. Porque você aprovava a emenda e depois tinha que desaprovar porque não tinha fundo, não tinha fonte. O Amado deve se lembrar bem disso. Eu me lembro que eu assumi, junto com o relator geral da União, um papel decisivo. O Francisco Bruzzi também, que era o nosso colega da SOF, participou e o Abelardo [inaudível] acabou participando também. Alguns colegas participaram desse empreendimento junto à equipe que havia no Congresso. E realmente as normas eram muito pequenas. Tal deputado era dono. Qualquer vontade do parlamentar tinha que ser acatada, porque era palavra quase decisiva. Você trabalhava noites e dias e quase não se chegava a um resultado positivo. Era preciso, depois, a integração com a SOF para corrigir tudo aquilo. Porque os equipamentos do Congresso, apesar do sistema de informática do Senado ser muito efetivo com o PRODASEN, também não davam conta do recado.

Mas depois, com um intercâmbio com a SOF, você acabava resolvendo parte dos problemas. Mas com o decorrer desse tempo, já se faz 20 anos, os procedimentos foram sendo corrigidos e equipes foram sendo formadas. Tanto que eu digo hoje que o

Congresso Nacional tem uma equipe de consultoria que é uma das melhores que se pode ter. E eu jamais imaginava naquela época, quando fui para lá, que o Congresso tivesse uma equipe hoje tão forte como tem. Principalmente na Câmara. Em termos de recursos humanos, o Congresso já tem. Cada parlamentar hoje já tem as suas limitações. Ele já não pode fazer tantas emendas quanto gostaria, nem valores tão brutos quanto ele gostaria. As regras já estão bem definidas. Em qualquer situação você tem consultorias muito habilitadas para tratar do caso. Além de parlamentares que já foram ministros, além de parlamentares que já foram governadores.

É um mundo muito cheio de interesses. Cada um está com um interesse da sua região, do seu estado, do seu partido. Mas eu efetivamente vejo que, hoje, o Congresso Nacional tem a capacidade sim de levar em bom nível a sua missão. E creio que os problemas que nós vimos nos primeiros quatro, cinco anos, já não existem mais. E creio que a implementação do orçamento por resultado também não teria nenhum problema de acompanhamento e de avaliação sobre tudo isso. E mais ainda, o que eu vejo hoje, que é o [inaudível] da questão, é que o orçamento nunca deveria ser autorizativo. Ele deveria ser definitivo. O orçamento aprovado tinha que ser executado. Porque da forma como ele é, o governo joga como ele bem entende. Então você tem a promessa de uma emenda e o governo executa se quiser. Realiza o projeto se ele bem entende.

Isso faz com que uma expectativa, que é de um ano, passe a dois, três ou quatro anos para chegar. Veja que o orçamento das emendas parlamentares que o Executivo realiza hoje é praticamente do ano de 2008. 2009 nem começou a empenhar ainda. Eu acho que essa causa do orçamento autorizativo é que deveria acabar. E sou um dos que luta por isso. E acho que nós só vamos ter uma emenda do Antônio Carlos Magalhães, uma Emenda Constitucional, sobre isso. Mas que o governo, com a força que tem também dentro do Congresso, tenta abafar. Mas temos outras emendas, outros projetos que a qualquer momento vão chegar à tona, porque esse é um dos problemas fundamentais que existem hoje.

**Senhor Bruno César Grossi de Souza:** Temos mais uma pergunta, do colega Leandro de Freitas. Ele comenta que o senhor enfatizou as contribuições que o Poder Legislativo, na forma das emendas, pode fornecer ao processo orçamentário, aproximando das demandas da população. No entanto, não há discussão no Legislativo com respeito ao planejamento em se tratando de orientações e estratégias do plano, grandes objetivos e desafios. Quando houve, o Executivo não revisou o plano ou os orçamentos, para incluir novas ações que dessem conta dos desafios inseridos pelo Poder Legislativo no plano. O senhor acha que há interesse no Legislativo em discutir com o Executivo um projeto nacional de desenvolvimento traduzido nos PPAs? Que mecanismos institucionais ou operacionais o senhor vê necessário para que isso seja possível?

**Senhor Marcio Reinaldo Dias Moreira:** Eu acho que nós devíamos voltar. Esse negócio de planejamento participativo devia voltar àquilo que já houve no governo militar. Uma das poucas coisas que a gente tem saudade. É dos PND, Amado. O segundo PND, do governo Geisel, é uma das boas coisas que eu conheci. Eu acho que nós devíamos buscar uma metodologia daquela natureza. Eu não sei onde foi, mas outro dia a Casa Civil fazia uma palestra para nós sobre o segundo PAC. Lá no Senado Federal. E eu abordei exatamente essa questão. Que o PAC 2, que a ministra Dilma lançou, ainda quando ministra, era uma promessa, uma expectativa, uma esperança. O PAC 1, ou o PAC, estar sendo executado é a única coisa boa que eu vejo de 1995 para cá. Porque os investimentos públicos foram todos combinados.

De 1995 para cá, quando o Delfim Neto era ministro e mandou rolar a dívida toda do país. Roll over. “Vamos fazer roll over”. E o investimento era esporádico. Eu acho que o PAC chegou e é alguma coisa que traz esperança para o povo brasileiro. E agora se lançou o PAC 2. Praticamente como se fosse um PND. A gente sabe as intenções disso. São muito mais eleitorais do que qualquer outra coisa. Elas só ficarão de pé se realmente o governo Lula tiver continuidade com a atual ministra Dilma Rousseff, ou a ex-ministra Dilma Rousseff. Se outro candidato a presidente ganhar, no caso o

Serra, eu creio que vai jogar isso tudo no lixo e vai fazer o plano dele. Isso aí eu não tenho medo de dizer em qualquer local. E disse lá para a atual ministra. Ministra ou ex. Miriam. Eu disse para a Miriam Belchior.

Eu ainda dizia o seguinte: que nós precisávamos fazer alguma coisa e voltar com o planejamento lógico e devidamente harmonizado com o período de mando de qualquer governo, como foi no período militar, quando você acabava o primeiro PND no primeiro ano do governo subsequente. E naquele período você já fazia o segundo, o terceiro ou o quarto PND para os cinco anos seguintes. Naquela época o governo era cinco anos. Eu acho que teríamos que caminhar para isso. Uma discussão sim do governo, através do Ministério do Planejamento, com o Congresso Nacional, com o parlamento brasileiro. Eu acho que seria de muito bom tom existir isso. E se possível buscarmos um modelo como aquele que houve e que, na minha maneira de ver, foi a forma real de se integrar o orçamento ao planejamento e a forma como você tinha um instrumento de planejamento com credibilidade plurianual, conforme foi.

Ainda no governo militar, ainda no período Figueiredo, quando o Delfim Neto foi o ministro do Planejamento. Eu falo em Delfim Neto como o ministro que muita gente às vezes me confunde com ele. E eu digo: “ele é meu parente mesmo, eu sou primo dele e tal”. Mas o Delfim Neto, quando tomou consciência do verdadeiro quadro da economia brasileira, principalmente no setor público, já no ano de 1984, mandou parar tudo. Mandou parar todas as decisões que havia sobre investimentos na saúde, na educação, na agricultura. Ele mandou parar. E disse: “nós só temos uma alternativa”. O Fabiano lembra disso aí. “É o roll over”. O que é isso? Vamos rolar tudo. Como é que rola? Agora a pouco nós vimos o Eliseu Rezende, o Eliseu Alves, da EMBRAPA, aquele japonês que tomava conta do INCRA. Quer dizer, cada um era um agente para andar pelo mundo e pegar dinheiro para rolar a dívida do Brasil. A que preço a gente não sabe.

Mas naquela época nós já fazíamos. Nós lutávamos muito e eu tive a honra, naquele período, de trabalhar com pessoas iguais ao Fabiano,

ao Amado, ao Cleiton e com tantos colegas que estão aí. Nós, naquela época, conseguimos fazer uma coisa que pouca gente acreditava que fosse possível. Quer dizer, foi pouco depois de 1985. Foi em 1986 para 1987. Foi integrar o orçamento monetário com o orçamento das estatais, com o orçamento da previdência. Porque cada um corria na sua linha própria e cada um não revelava para o outro os seus detalhes. Nós conseguimos fechar tudo isso praticamente em 1987. Foi o ano em que nós conseguimos fechar esse documento. Mas começamos isso desde 1984, que foi o ano em que o Delfim Neto anunciou isso. E naquela época era um terror esse PND, OPI, OPA, PPA. Quer dizer, o que tivesse foi enterrado. O orçamento era a única peça que servia além de 30 dias. E praticamente estamos assim até recentemente.

Agora surgiu esse PAC 1, que de certa maneira entrou no Brasil para atender a região metropolitana do Sul e Sudeste. E depois o governo não conseguiu segurar a barra e teve que abrir para o Brasil inteiro. E agora já estão fazendo o PAC 2, que é uma promessa. É uma promessa, mas já criaram expectativas, já definiram cidades, já definiram estados, já definiram os projetos e os programas. Há uma expectativa muito forte. Mesmo que o governo a ser eleito seja o Serra, eu acredito que ele terá problemas muito fortes pela pressão que virá do parlamento, que virá dos prefeitos, que virá do governo dos estados. Mas de fato é uma situação que a gente só vai poder sentir realmente daqui a dois anos. Daqui um ano e meio, dois anos é que nós vamos poder sentir, porque é quando nós também teremos o balanço do que vamos encontrar naquele período. Mas de qualquer maneira essa sua pergunta aqui, Leandro, eu acho que será muito bem vindo esse diálogo e eu mesmo defendo uma linha como essa. E que, ao invés de ficar lançando PAC, a gente lance primeiro um plano de desenvolvimento, um plano de ação do governo, seja acelerado ou não, para que se faça o que for melhor para o país.

**Senhor Bruno César Grossi de Souza:** Obrigado. Estamos sem perguntas por escrito, então alguém deseja fazer alguma pergunta oral? Ainda temos tempo. Nagipe. Por favor, um microfone aqui na frente.

**Senhor Nagipe:** Eu acho que posso chamar de Marcio e não excelência.

**Senhor Marcio Reinaldo Dias Moreira:** Claro.

**Senhor Nagipe:** Marcio, a minha pergunta se resume no seguinte: você falou em orçamento imperativo e orçamento autorizativo. A minha pergunta é a seguinte: isso depende muito de uma arrecadação tributária efetiva. E a arrecadação tributária é uma previsão, que pode acontecer ou não. Hoje, nós temos um problema sério nessa área, principalmente o próprio sistema tributário, que é quase imprevisível. Porque nós vivemos um caos tributário e temos uma série de problemas. As contribuições, que são vinculadas, as desvinculações. Então, como fazer um orçamento imperativo diante de tanta imprevisibilidade? A minha pergunta se resume a isso. Sem antes fazer uma reforma do sistema tributário.

**Senhor Bruno César Grossi de Souza:** Se alguém desejar fazer mais alguma pergunta, a gente poderia fazer em blocos de três. Se alguém tiver mais alguma dúvida, pergunta para fazer, questões. Não? Ok. Só a pergunta do nosso colega Nagipe.

**Senhor Marcio Reinaldo Dias Moreira:** Nagipe, é uma honra receber essa sua colocação. Você, que também é um dos companheiros da história da SOF e do orçamento público nos anos atuais. Mas eu diria a você o seguinte: todo ano eu vejo essa preocupação do governo sobre a real arrecadação. E todo final de ano eu vejo excesso de arrecadação em todos os itens. Talvez até pela forma tradicional de se calcular a previsão da receita. Você joga sempre por baixo. Quando eu fui secretário da Receita você se lembra. Eu pegava o nosso coordenador da área. Como se chamava? Não era o Robem não. Inácio. O Inácio chegava para mim e falava assim: “eu tenho a receita de 100”. Eu falava: “não, eu preciso de 130”. Ele falava: “não, mas não tem”. Eu falava: “tem sim, você está escondendo”. E depois eu ia ver que estava escondendo mesmo uns 40.

A coisa começa daí. E eu já tomei essa decisão contra o Inácio. O secretário-executivo [inaudível] na época, do ministério, queria me

linchar por causa disso. E ficou fazendo uma vigilância para ver se a arrecadação ia ser aquilo que eu tinha apostado. E chegou ao final do ano e deu 142. Eu previ 140 e deu 142. Esse é um caso muito próprio. Eu não sei, hoje, se nós deixamos grande parte da nossa receita tributária ficar armazenada para superávits, para favorecer o balanço, ou se realmente nós estamos trabalhando a maioria das despesas do governo comprimidas em restos a pagar. Ou seja, com um ou dois orçamentos sendo jogados para frente. Eu acho que isso é também um desserviço, uma falta de organização adequada e até falta de verdade com a sociedade. Eu não creio que o orçamento, sendo determinativo de execução, realmente tenha a sua efetividade concluída. Claro, se houver algum problema, como nós tivemos na crise recente, o governo manda uma mensagem dizendo: “vamos bloquear 30% de tal receita e tais programas porque não dá para fazer”.

Eu acho que o acompanhamento e a responsabilidade de previsão e promulgação dos atos vão ter que ser mais fortes. A verdade é que nós temos esquemas que são muito tradicionais e o cara só joga em favor do umbigo dele. Porque ele não quer pôr a cara na reta. A verdade é essa. Agora, você veja: quando você entra em um hospital, pode ser aqui em Brasília mesmo, e vê o povo morrendo por falta de esparadrapo, por falta de oxigênio ou por falta disso ou daquilo, você fica decepcionado. Se você vai na sua cidade ou vai para esse interior, onde você não acha leitos para internar o paciente, e esse está o retrato do Brasil, você fica indignado. Eu só não estou com a minha consciência pesada porque eu votei a favor daquele programa, naquela época da CPMF. Votei a favor daquilo. Sabia do problema, até inflacionário, problemático e tributário dele. E votei também no Congresso para manter aquilo até onde foi possível. Só não mantivemos porque o Sendo roeu a corda e deve responder por isso. Mas eu tenho certeza que a saúde, hoje, passa por um período péssimo.

A nossa colega Márcia Bassit, que andava despachando com a gente o orçamento da União, pelo IPEA, junto com o Delfim Neto, que era uma sirigaitazinha naquela época, hoje não recebe um deputado ou senador. Porque ela não tem coragem de olhar no olho deles. E é secretária-executiva do ministério. É uma vergonha. Não sei se tem



alguém do Ministério da Saúde aqui. Mas eu fui funcionário do Ministério da Saúde por mais de 20 anos, fui secretário-executivo daquele ministério em 1992 e eu tenho vergonha do que aquele ministério está apresentando para o Brasil hoje. E quando eu quero falar com aquele ministro, que é um veado, eu não consigo. E nenhum deputado consegue. E a Márcia Bassit, que foi nossa colega, também não nos recebe. E não é a mim não. Não recebe a qualquer outro. Por quê?

Porque ela está correndo da verdade. E eu já disse isso em plenário, no Congresso. Nós estamos numa situação da saúde que é triste. Eu estou reclamando e não é coisa minha. Eu estou reclamando por ver o que eu vi lá em Montes Claros, recentemente. Gente morrendo por falta de leito. Aqui em Brasília a coisa está feia. Eu vejo lá, numa cidade do interior, que o cidadão tem que passar com uma ficha para Montes Claros ou para Pirapora, transferindo o paciente. Como ele não tem crédito, a verba do SUS dele acabou, o que ele faz? Manda para outra cidade do lado. Ou seja, vamos supor que você esteja em Baldim, que é perto de Sete Lagoas. Tinha que mandar para Sete Lagoas. Ele mandou para Santana de Pirapama. Aí o cara ficou [inaudível] em Santa de Pirapama, que também não tem hospital. E o cara morrendo com um problema de apêndice. Aos gritos de dor e pessoas te pedindo socorro. Aí o que você tem que fazer?

Você tem que ligar para o diretor do Hospital da Baleia, lá em Belo Horizonte, e falar: dá um jeito de atender isso no meu nome, na minha cota. “Ah, o que você vai me dar?”. “Eu tenho uma emenda para entidade filantrópica e te dou R\$ 500 mil”. Foi a resposta que eu dei para ele. E mandei alocar os R\$ 500 mil para ele. Ou seja, você é obrigado a fazer parceria de uma maneira até inadequada, se você quer salvar alguém. E eu quis ir lá ao Ministério da Saúde reclamar e mostrar esse quadro que está acontecendo. “Não, o assunto é muito pequeno para a secretária-executiva te receber”. É o tal negócio: eu sei que no fundo eles estão com um problema de dinheiro, eles estão com um problema de crédito, porque a CPMF foi embora e o planejamento não arrumou outra solução. Aí alguém fala: “mas o IOF aumentou muito.

A receita do IOF aumentou muito e dá para cobrir o CPMF”. Mas ele não vai todo para a saúde. Ele não vai naquela proporção que ia para a saúde. Ou seja, nós estamos com um sistema de saúde capenga, miserável e afundando. Não adianta o Lula fazer muita coisa bonita por aí se esse sistema aqui leva pessoas à morte. Qualquer família que for violentada nesse incidente não vai perdoar. E eu, como agente político, digo a eles para fazerem isso. E têm outros que estão fazendo isso. Esse é o quadro. O setor policial, o setor de segurança, é uma vergonha. Essa semana entraram numa propriedade rural que eu tenho aqui em Brasília, amarraram os meus empregados e levaram um trator embora. Eu fiz uma ocorrência. Hoje eu fui saber qual é o resultado, alguma coisa. O policial civil está de greve. Quer dizer, um cara que ganha quase igual a um ministro do Supremo, ou querem ganhar quase igual a um ministro do Supremo.

Quem paga essa polícia de Brasília é o governo federal. E o que, no Congresso, nós estamos tendo de participação do povo? Todos os policiais do Brasil, que ganham R\$ 600 a R\$ 800 por mês, estão pedindo, pelo amor de Deus, para nós darmos um piso para eles de R\$ 4 a R\$ 5 mil. Só que esse piso nós até chegamos a votar favoravelmente, mas o próprio governo federal nos apelou. Como é que eu vou fazer isso se quem vai pagar é o estado? O estado quer uma transferência já do futuro pré-sal. Olha como a coisa está. O estado: “você vão aprovar isso, então nós queremos a transferência do pré-sal para bancar isso. Porque nós não temos como”. Agora, aqui em Brasília não. Os caras estão numa boa. Eles ganham bem por quê? Porque é a União que paga. As mumunhas daquela época do Lemgruber, do Amado e do Frederico são com o GDF. E que viraram lei. É verdade? É verdade.

É isso. Mas esse é um quadro delicado. E a polícia é complicada. Eu acho que a situação é essa aí. Eu não vejo essa posição, do orçamento ser determinativo, ter problema na sua execução. O que não pode é o governo fazer o que quer. O ministro Paulo Bernardo fazer o que ele quer. Ele pega as emendas dos deputados, segura e faz o que ele bem entende. Pega as emendas de bancada, chega ao final do ano, a mulher dele está lá no estado, é futura candidata a senadora, ele libera para ela R\$ 50 milhões e deixa os colegas do

estado sem o valor da emenda dele. O que não pode é isso. Tem que ter alguém para chegar e ter peito para falar isso. Falaram isso lá no Congresso. Estou falando isso aqui porque foi dito lá no Congresso. Foi dito isso aqui lá no Congresso. Foi um crédito adicional do turismo. Fizeram um crédito do turismo, de eventos no turismo. Aí a verba foi muito alta. Não sei se vocês estão a par disso. Normalmente por ano se fazia verba de eventos para turismo de R\$ 10 milhões.

Esse ano, como as emendas vão ter problema de liberação por causa da lei eleitoral, esse valor veio para R\$ 50 ou R\$ 60. Aí o que o Ministério do Turismo recebeu do Ministério do Planejamento agora? Contingencia tudo, volta para os R\$ 10 milhões tradicionais, médios. Quem botou R\$ 50 milhões a mais aqui para festas, remaneja para investimento. Só que ao invés de botar nas rubricas de cada deputado do estado, botou-se numa global, que vai ficar a sabor da Casa Civil e do Planejamento. Só que no ano passado pegaram um caso desse e fizeram isso. Aí os paranaenses falaram: “não, vão fazer isso”. “A minha mulher vai ser candidata ao Senado, vão pegar metade dessa verba e dar para ela”. E foi dito isso lá na discussão. Nós estamos cheios desse tipo de coisa. As arbitrariedades, a gente sabe, vêm naturalmente. E quanto mais o processo tiver os seus rumos bem definidos, eu acho que mais democraticamente a sociedade vai poder se assenhorear dos procedimentos. Aquilo que for errado ou não der certo vai se corrigir. Mas, da forma que está, eu acho que ainda tem muito a desejar.

**Senhor Bruno César Grossi de Souza:** Obrigado, deputado. Eu gostaria de agradecer ao deputado, pela palestra, e à associação também, pelo convite. Passo à mão do deputado aqui o certificado emitido pela associação pela sua brilhante participação no dia de hoje. Muito obrigado.

**Senhor Marcio Reinaldo Dias Moreira:** Obrigado. Um abraço para vocês todos. Eu fico muito honrado de estar aqui com vocês. Qualquer coisa o meu gabinete está à disposição. Estou sempre de portas abertas e com o coração aberto para essa turma da carreira de orçamento, que a gente teve a honra de conviver por mais de 15

anos lá na SOF, além de mais dez anos lá no Ministério da Saúde. E tivemos ainda a grande alegria de coordenar e assumir, até numa barganha muito pesada na época, a criação da carreira de orçamento, que eu acho que foi uma das melhores coisas que nós pudemos fazer na vida. Já pude fazer muita coisa boa, graças a Deus. Mas sem dúvida nenhuma essa foi a melhor. E deixo um abraço a todos vocês. Muito honrado de estar aqui com toda essa turma. Qualquer coisa, eu estou totalmente disponível para qualquer missão ou para qualquer ação que for necessária. Muito obrigado e boa tarde para todos.